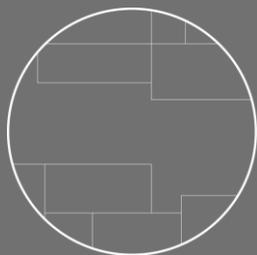




N O V A S
FRONTEIRAS ESPM

Revista Acadêmica dos Alunos de Relações Internacionais da ESPM-Sul



N O V A S FRONTEIRAS

ESPM

Revista Acadêmica dos Alunos de Relações Internacionais da ESPM-Sul

CONSELHO EDITORIAL

Direção

Prof. Diego Pautasso

Prof. Cristian Salaini

Prof. Sérgio Wollman

Coordenação da Revista Acadêmica

Ana Julia Bonzanini Bernardi

Coordenação de Arte

Ítalo Brunneto de Rocco

Apoio Técnico

Thiago Braga

Bruna Hohensee



1ª EDIÇÃO - MARÇO | 2014

AS OPERAÇÕES DE PAZ DA ONU COMO INSTRUMENTO DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA: a liderança brasileira na MINUSTAH

Marcelle Moreira Pujol

FRAGMENTAÇÃO DO DIÁLOGO POLÍTICO ENTRE AS AMÉRICAS: o caso de Cuba na VI Cúpula das Américas e os impactos à cooperação

Bibiana Santos

A FORMAÇÃO DA COLÔNIA FRANCESA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX E A SUA IMPORTÂNCIA PARA A CIDADE DE PELOTAS

Alice Saccaro

A POLÍTICA DAS CULTURAS: a conexão do global com o local da questão afro-brasileira em tratados internacionais

Henrique Braunstein Raskin

AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO BRASIL: a dança dos paradigmas, o estado normal e a política externa na década de 1990

Augusto Gavioli

O PRÉ-SAL E A ESTABILIDADE ECONÔMICA BRASILEIRA: o país está imune a possíveis choques na oferta de petróleo?

Luis Fernando Krás Couto

OS IMPACTOS DOS REGIMES AUTORITÁRIOS NA CULTURA POLÍTICA HUNGARA: análise da ocupação Soviética e seus legados no período inicial de restauração democrática (1985-1994)

Ana Julia Bonzanini Bernardi

VICIADOS EM ROUPAS: identidade, consumo e descolonização

Maria Fernanda Gonzalez

FRAGMENTAÇÃO DO DIÁLOGO POLÍTICO ENTRE AS AMÉRICAS: *o caso de Cuba na VI Cúpula das Américas e os impactos à cooperação*

THE FRAGMENTATION OF THE POLITICAL DIALOGUE BETWEEN THE AMERICAS: *the Cuba case on the VI Summit of Americas and its impacts to the cooperation.*

*Bibiana Martins dos Santos**

Resumo

Este artigo analisa o diálogo político no âmbito da Cúpula das Américas - órgão da Organização dos Estados Americanos (OEA) - e os impactos deste na cooperação entre as Américas. Durante VI Cúpula das Américas ressaltou-se uma fragmentação no diálogo político entre os países americanos devido às diferentes opiniões a respeito da proposta de inclusão de Cuba no fórum de debate. Neste contexto, o trabalho seguinte visa à avaliação e definição dos impactos que a cooperação continental sofre frente a uma ruptura no diálogo político no continente.

Palavras-chave: América. Cuba. Cúpula das Américas. Diálogo político. Impactos à cooperação. Cooperação.

Abstract

This article analyzes the political dialogue within the Summit of the Americas – a sector of the Organization of American States (OAS) – and its impacts in the cooperation between the Americas. During the VI Summit it was pointed out a fragmented political dialogue between American countries due to different opinions on the proposal of inclusion of Cuba in the discussion forum. In this context, the following paper aims the evaluation and definition of the impacts that continental cooperation suffers when facing a rupture in the inter-american dialogue.

Keywords: America. Cuba. Summit of the Americas. Political dialogue. Impacts on cooperation. Cooperation.

* Aluna do curso de Relações Internacionais da ESPM-Sul.
Email: bibianamsantos@gmail.com

Introdução

A Cúpula das Américas foi concedida como uma reunião de Chefes de Estado e de Governo proposta pelos Estados Unidos no pós Guerra Fria. A Cúpula proporciona um ambiente para o diálogo político na região, baseando suas ações na democracia, nos direitos humanos, na segurança e no desenvolvimento. Na reunião da Cúpula, 34 países americanos buscam a definição de uma agenda hemisférica visando o desenvolvimento e o crescimento com base na cooperação. A cooperação entre países, segundo a teoria da cooperação de Dougherty e Pfaltzgraff Jr. (2003), é instituída em um contexto de consentimento entre as partes onde um ou mais países, nesse caso de maneira multilateral, baseiam-se em valores de condutas comuns, excluindo ações baseadas na coerção ou no constrangimento. No contexto do vasto continente americano, o assentimento mútuo necessário à criação de uma agenda comum enfrenta diferentes realidades e visões políticas apresentando impasses a esta formulação.

Durante a Guerra Fria, o diálogo político do continente, encontrava-se alinhado na contenção do comunismo russo e cubano, difundindo os ideais capitalistas norte-americanos. Atualmente, observa-se uma fragmentação política e um choque de visões, no qual os governos do sul se distanciam da agenda norte-americana, provocando uma ruptura na construção de um diálogo político no continente e a organização de cooperação entre os países no continente americano.

Na VI edição da Cúpula das Américas, realizada em abril de 2012, os Chefes de Estado e de Governo dos países americanos se reuniram em Cartagena das Índias, na Colômbia sob o tema: “Conectando as Américas: Parceiros pela Prosperidade”. O evento apresentou ao mundo um dissenso político documentado por jornais internacionais como The New York Times e Financial Times. O tema de grande debate foi a exclusão política de Cuba nas discussões entre os países das Américas que se reflete através do impedimento de sua participação na Cúpula. A não democratização de Cuba é condenada pelos Estados Unidos da América e Canadá, enquanto uma representativa parcela dos países, entre eles, Argentina, Bolívia, Brasil, Equador e Uruguai, defendem a inclusão de Cuba. Para os defensores, a exclusão do Estado comunista de Cuba do fórum de debate impõem restrições ao diálogo político no continente (Site oficial Summit of the Americas).

O apoio concedido à introdução de Cuba na Cúpula representa, além de tudo, uma mudança de postura frente às opiniões da grande potência mundial. A antiga questão do isolamento cubano foi, anteriormente, um tema consensual; hoje, apresenta-se como um tema

de opiniões divididas no continente. Durante anos, Cuba foi isolada do cenário político americano, marcado pela crítica ao comunismo e o suporte total ao neoliberalismo norte-americano. Nos dias atuais, Cuba ganhou o apoio de diversos países latino-americanos, destacando a cena política do continente em oposição aos interesses norte-americanos. Dessa forma, conforme Moreira, Quinteros e Silva (2010, p.376), “A condução da questão cubana representa o grande teste da diplomacia de Obama para a América Latina.”. O dissenso sobre a inclusão de Cuba na Cúpula, e os estímulos e políticas que motivam esse apoio na América Latina, tornaram-se um problema chave para o andamento da cooperação do continente, pois são incentivadas contraposições aos ideais norte-americanos que guiavam as políticas da região. A partir de um apoio ao governo comunista cubano, a América Latina expressa sua crescente voz-ativa contestatória, cada vez mais contrária aos princípios neoliberais dos Estados Unidos, gerando um desafio à formulação e a continuidade da cooperação no continente.

Este artigo, então, se propõe a analisar o caso de Cuba e seus reflexos à concepção de um diálogo político na Cúpula das Américas, bem como os impactos desta questão na cooperação do continente. O debate provocado sobre a inclusão de Cuba na Cúpula das Américas representa uma ruptura consensual que dificulta o alinhamento no hemisfério, necessário à cooperação. Diante de propostas de governos e visões políticas dispares entre os países, o artigo visa balancear os resultados de uma agenda política fragmentada na formulação de uma atuação cooperativa entre os países americanos, destacando alternativas e oportunidades na esfera de cooperação intercontinental.

Dessa forma, o seguinte trabalho torna-se relevante ao interpretar, no âmbito do continente americano, fortemente ligado as relações externas brasileiras, os resultados de uma ruptura política na cooperação entre os Estados americanos. Uma cooperação fragmentada aflige o posicionamento internacional do Brasil com seus vizinhos e pode resultar no enfraquecimento ou potencialização da região. Acredita-se que a análise do tema é de suma importância para o entendimento das relações internacionais das Américas e do papel de cada Estado nos fóruns de debate, além disso, o artigo proporciona a exposição de uma nova abordagem teórica das relações entre as 35 nações americanas que formam o Novo Mundo.

A análise partirá do âmbito da Organização dos Estados Unidos e a Cúpula das Américas. Neste contexto, será analisado o caso da inclusão de Cuba no fórum de debate. Para tanto, serão utilizados informações oficiais da OEA e da Cúpula, como o livro *As Relações Internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas* de Amado Cervo (2007). Para identificar o impacto desses desafios na esfera de cooperação nas Américas será utilizada a

teoria de cooperação que compõem o campo das relações internacionais e está exposta no livro, *Relações Internacionais: as teorias em confronto* de Dougherty e Pfaltzgraff Jr. (2003) além do livro, *As Relações Internacionais da América Latina* de Moreira, Quinteros e Silva (2010). A metodologia empregada na formulação deste artigo enquadra-se como uma pesquisa exploratória qualitativa que se baseia em uma análise bibliográfica e documental.

O diálogo político entre as Américas no contexto da Guerra Fria

O diálogo político nas Américas começou a partir da Primeira Conferência Internacional Americana realizada em Washington D.C., nos Estados Unidos, no final do século XIX. A partir deste encontro, os Estados criaram a União Internacional das Repúblicas Americanas. Em 1948, constituiu-se a Organização dos Estados Americanos com a assinatura da carta da OEA, em Bogotá, na Colômbia. A criação de uma instituição internacional voltada aos interesses das Américas objetivava a consolidação de um ambiente coordenado pela paz, solidariedade, soberania, integridade territorial e independência, assim, a OEA tornou-se o “principal fórum governamental político, jurídico e social das Américas” (Site Oficial da OEA).

Neste período, o cenário mundial encontrava-se em plena Guerra Fria, em meio ao confronto ideológico entre o modelo econômico capitalista norte-americano e o comunismo da União Soviética que havia começado em 1947 e perdurou até o início da década de 90. Com o eminente conflito entre duas grandes nações, os Estados Unidos buscou apoio em seus países vizinhos, gerando, a partir da criação da OEA, um sistema estratégico de influência sob o continente americano. Este sistema, segundo Amado Cervo (2007), visava à contenção do comunismo no mundo e, principalmente, em torno da área de ação política norte-americana, as Américas. Neste período conflituoso, a potência hegemônica atuou no resto do continente evidenciando uma relação de dominação ideológica que intensificou a agenda interamericana em função da difusão de princípios políticos do capitalismo.

Em 1959, após o movimento revolucionário cubano associado às ideias comunistas soviéticas, Fidel Castro subiu ao poder. Assim, o líder político “arrebatoou o interesse das diplomacias latino-americanas, que se movimentavam sob pressão das ideologias em pugna durante a Guerra Fria” (Cervo, 2007, pág. 93) e tornou-se uma preocupação ao governo norte-americano face à contenção do movimento comunista que se fazia presente nas Américas. Após a ascensão do comunismo em Cuba, o conflito ideológico aproximou-se da realidade latino-

americana e o cenário, antes marcado pela propaganda capitalista, viu-se contaminado por duas ideologias opositoras.

A transferência do conflito ideológico para a realidade latino americana se tornou uma ameaça à esfera de influência dos Estados Unidos. Através da presença comunista, o mundo bipolar configurou-se como o novo panorama de debate das relações internacionais da América Latina. A partir de então, o capitalismo, passou a disputar a influência com o comunismo que ganhava cada vez mais adeptos e admiradores no continente. Em 1962, as consequências da bipolaridade no continente americano começaram a ser expostas.

Um projeto de condenação para as práticas de aproximação com a União Soviética foi organizado pela Colômbia, com apoio dos Estados Unidos e mais tarde da Bolívia. A proposta anticubana visava à ruptura diplomática com Cuba caso esta não cumprisse os tratados de segurança firmados no âmbito da OEA. Embora o projeto não contasse com o suporte de grandes países do continente, como o Brasil, Argentina e México, um quórum de 14 votos, durante a Oitava Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores em Punta Del Este, no Uruguai, resultou na Resolução VI que determinava a exclusão de Cuba da OEA. A decisão perdurou até o ano de 2009, quando, através da aprovação unânime na Assembléia Geral – órgão supremo da OEA – foi declarado na Resolução sobre Cuba que “a participação da ilha na OEA será o resultado de um processo de diálogo iniciado a pedido do Governo da República de Cuba e em conformidade com as práticas, os propósitos e princípios da Organização” (Resolução sobre Cuba).

Assim, atualmente, 35 países da América do Sul, Central, Caribe e América do Norte formam os Estados americanos membros da OEA. São eles: Antígua e Barbuda, Argentina, Bahamas, Barbados, Belize, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Dominica, El Salvador, Equador, Estados Unidos da América, Grenada, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Saint Kitts e Nevis, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai e Venezuela (Site oficial Summit of the Americas).

O diálogo político na Cúpula das Américas

A Cúpula das Américas é um órgão pertencente à Organização dos Estados Americanos, e consiste na reunião de Chefes de Estado e de Governo dos países americanos democráticos. Os encontros realizados a cada três anos envolvem o debate de temáticas pré-definidas e questões problemáticas na região, nas esferas política, econômica e social. Os

debates objetivam a formulação de uma agenda hemisférica para alcançar o desenvolvimento e o crescimento com base na cooperação americana. Segundo Moreira, Quinteros e Silva (2010), a Cúpula foi uma proposta norte-americana, no período pós Guerra Fria, que visava coordenar as relações entre os países americanos e reprojeter a hegemonia dos Estados Unidos no continente com a introdução de debates sobre integração e a Área de Livre Comércio das Américas (Alca).

As primeiras reuniões, no período da Guerra Fria, aconteciam em um sistema *ad hoc*, ou seja, os encontros entre Chefes de Estado e Governo eram organizados somente na apresentação de assuntos relevantes para debate e em períodos irregulares. Assim, duas reuniões entre Chefes de Estado e Governo foram realizadas, uma em 1956 no Panamá e outra em 1967 no Uruguai. Em 1967, em Punta Del Este, foi assinado entre os presidentes dos países americanos a Declaração dos Presidentes das Américas que objetivava projetos de cooperação multilateral nas áreas de agricultura, educação e infraestrutura. Porém as metas propostas não foram perseguidas a fim de serem cumpridas, contaminando com descrença a efetividade do diálogo criado entre as Américas.

Em 1994, no entanto, foi realizada em Miami, nos Estados Unidos da América, a Primeira Cúpula das Américas, nesta ocasião os presidentes de 34 países assinaram a Declaração de Princípios da Cúpula. A reunião possibilitou a criação de uma nova agenda regional consensual baseada em princípios de democracia, livre-comércio e desenvolvimento do continente. Segundo a história institucional da Cúpula, “A existência de aspectos políticos e econômicos comuns trilharam o caminho para o vasto projeto de cooperação política e integração econômica no hemisfério, do Canadá a Argentina.”

Dessa forma, a construção de uma agenda interamericana institucionalizada criou a noção de Processo da Cúpula das Américas (Summit Process) através de reuniões regulares que organizam o andamento e os fundamentos do diálogo político entre as nações. Os debates na esfera da Cúpula produzem decisões de maneira consensual através do Grupo de Revisão da Implementação da Cúpula (GRIC), ou seja, por meio dos Ministros das Relações Exteriores (também chamados coordenadores nacionais) de 34 países membros da OEA com exceção de Cuba. As decisões expressas no documento final das reuniões formam o Mandato da Cúpula das Américas (Site oficial Summit of the Americas).

VI Cúpula das Américas

A última reunião da Cúpula das Américas foi realizada entre os dias 14 e 15 de abril de 2012 em Cartagena das Índias, na Colômbia. A temática escolhida pelo país anfitrião foi “Conectando as Américas: Parceiros pela Prosperidade”. O tema foi introduzido pelos discursos do presidente da Colômbia, Juan Manuel Santos Calderón, Secretário Geral da OEA e a Secretária Executiva da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL). A temática abordou o desenvolvimento do continente por meio da integração física e cooperação regional entre as Américas. Segundo a temática, uma união eficiente no continente americano levaria a solução de questões que se refletem em diversos países como a desigualdade, desastres naturais, garantia de acesso à tecnologia para todos, pobreza e segurança.

O discurso do presidente colombiano deu um enfoque à união entre as Américas ressaltando as alterações ocorridas ao longo dos anos:

“Hoje eu gostaria de propor que nós usássemos esta Cúpula para tornar este “o momento das Américas” Um momento em que nosso hemisfério emerge como um bloco regional com pontos fundamentais do consenso para a prosperidade e o bem-estar de nossos povos. Agora é realmente possível. Primeiro, porque a América Latina e o Caribe deixaram para trás muitos problemas estruturais e institucionais que nos mantiveram amarrado ao passado. Em segundo lugar, porque o tradicional poder – entre eles [América Latina e Caribe] e o nosso amigo e vizinho, os Estados Unidos – já experimentam os limites do exercício do poder isolado, pois eles aprenderam que sozinhos não podem carregar todo o peso de manter o equilíbrio e a paz no mundo. Quanto a América Latina, passamos de ser uma região problema atormentada por crises econômicas e ditaduras para ser uma fonte de respostas e soluções para os atuais desafios.” (CALDERÓN, 2012, p. 1 e 2) (tradução da autora).

Assim, sugeri mudanças de paradigmas nas relações continentais encaminhando as discussões em torno de questões como a ausência de Cuba nas Cúpulas das Américas, além da guerra contra as drogas, o narcotráfico, e a disputa territorial das Ilhas Malvinas, que também foram trazidas à discussão.

O caso de Cuba na Cúpula das Américas

O caso de Cuba foi abordado na VI Cúpula das Américas devido à ausência da ilha caribenha do fórum de debate. O presidente da Colômbia endereçou esta discussão pontuando o isolamento da ilha como um retrocesso histórico das Américas ao período de disputa ideológica ocorrida durante a Guerra Fria:

“Outro exemplo das consequências de não ir além de velhos paradigmas – a falta de pontes e criatividade – é o caso de Cuba. Isolamento, o embargo, a indiferença, pelo outro lado, já se mostraram ineficientes. No mundo de hoje, esse caminho não se justifica é um anacronismo que nos amarra a uma era da Guerra Fria que terminou décadas atrás. Assim como outra Cúpula das Américas com um Haiti apático seria inaceitável, a ausência de Cuba seria inaceitável. Nós não podemos continuar indiferentes ao processo de mudança que ocorre em Cuba que é muito mais reconhecimento no exterior, e essa mudança deve continuar. É tempo de transpor a paralisia da uma ideologia teimosa e procuram pontos mínimos de consenso para guiar o processo de mudança para um bom resultado. Para benefício de quem? O benefício do povo cubano. E para isso devemos construir pontes.” (CALDERÓN, 2012, p. 5) (tradução da autora)

O crescimento econômico e os esforços para a abertura comercial da ilha foram lembrados servindo como motivação aos países americanos para apoiar a inclusão de Cuba na Cúpula. Segundo Moreira, Quinteros e Silva (2010, p. 376), “Em 2006 a economia cubana cresceu 6%, em parte por causa dos acordos com a China e a Venezuela. Cuba, dessa forma, está vivenciando um embrião do processo de transição, mas o formato, o ritmo, e o resultado deste processo ainda não têm contorno claro [...]”.

O apoio à inclusão cubana foi dado por diversos países nesta edição da Cúpula, como demonstrado no discurso do presidente do Paraguai e o discurso de encerramento do presidente colombiano. No entanto, o discurso de Barack Obama, presidente dos Estados Unidos da América, país defensor do isolamento cubano devido a não democratização da ilha e ao período da Guerra Fria, não citou o embargo a Cuba em seu discurso, demonstrando somente sua preocupação para com a democracia no continente:

“Finalmente promover a democracia e os direitos humanos. Na Carta Democrática Interamericana nossas nações declararam que “os povos têm direito à democracia e seus governos têm a obrigação de promover e defender.” Porque defendemos ele, a maioria das pessoas nas Américas agora vive em democracias. [...] Quando os direitos humanos universais são negados, quando a independência do poder judiciário ou legislativo ou a imprensa estiver ameaçada, nos iremos falar.” (OBAMA, 2012, p. 2) (tradução da autora)

Segundo artigo publicado pela Fundação Canadense para as Américas (FOCAL) escrito por Richard Feinberg (2010), os Estados Unidos da América mantém a posição de contradição imposta à participação de Cuba na OEA e, conseqüentemente, sobre inclusão da ilha em outros fóruns de debate da própria organização, pois alega que esta é baseada em princípios de democracia e portanto deveria impedir a participação de governos não democráticos.

O documento final (Mandato) decorrente dos debates da VI Cúpula das Américas definiu metas aos países americanos em termos de integração da infraestrutura física das Américas, luta contra a pobreza e desigualdade, gestão de riscos de desastres, acesso as

tecnologias da informação e das comunicações e segurança contra a criminalidade transnacional.

Conforme anunciado no discurso final do anfitrião, “A maioria dos países apoia a participação de Cuba no processo de Cúpulas das Américas e fez votos de que esse propósito se torne uma realidade a partir da próxima Cúpula.” (CALDERÓN, 2012, p. 1), no entanto, nenhuma meta ou comprometimento efetivo foram feitos nessa esfera, ou em relação à disputa territorial das ilhas Malvinas e a luta contra as drogas e o narcotráfico.

Mais uma Cúpula realizou-se sem as definições sobre a participação de Cuba. Já em 2009, na V Cúpula das Américas sediada em Trinidad e Tobago, a mesma questão já havia sido endereçada ao debate e Barack Obama declarou ter uma opinião diferente de seus antecessores políticos sobre a relação de seu país com Cuba, porém nada foi modificado, o consenso não foi alcançado e somente o *premier* de Trinidad e Tobago assinou a declaração final (MOREIRA, QUINTEROS, SILVA, 2010).

O caso de Cuba representa hoje uma ruptura na efetividade do diálogo político no âmbito da Cúpula das Américas e uma fragmentação de opiniões que podem ser interpretadas fora do âmbito da OEA. Os Estados Unidos, seguido do Canadá, reiteraram sua posição defendendo o isolamento de Cuba. No entanto, diversos países na América Latina tentam impor seus interesses no diálogo multilateral e apoiam a participação da ilha comunista na Cúpula. Definitivamente “A América Latina que Obama encontrou, não é a mesma das Cúpulas de Clinton e Bush. A Nova América Latina tem visto a ascensão de esquerda por vários países, que vem marcando suas posições.” (MOREIRA, QUINTEROS, SILVA, 2010, pág. 306).

Fragmentação do diálogo político no âmbito da Cúpula das Américas

O cenário político no continente apresenta-se através do permanente status de isolamento condicionado ao governo cubano pelos Estados Unidos e pelo distanciamento das agendas política dos países americanos. Embora após a última Cúpula das Américas avanços foram alcançados nas áreas de luta contra a pobreza e desigualdade e um projeto de integração de infraestrutura no continente tenha sido deliberado, a questão indefinida e em aberto, deixada a respeito do caso de inclusão de Cuba, representa um período de mudanças e descompasso na esfera do diálogo interamericano.

Neste contexto, a divisão se dá entre a grande potência da região e do mundo em oposição à grande parte do continente americano que sustenta a inserção da ilha como condição

para a manutenção do diálogo continental, ou seja, no qual todos os países tenham o direito de participar como voz ativa. Cuba configura-se, assim, como uma questão central para entender a fragmentação do diálogo político que se dá na Cúpula das Américas.

A luta contra o comunismo instigada pelos Estados Unidos durante a Guerra Fria conduziu o alinhamento da região em torno do isolamento do governo comunista cubano e representou a união americana em prol dos ideais neoliberais. Atualmente, o apoio concedido por muitos países latino-americanos à Cuba representa uma mudança de contexto, ou seja, uma crítica ao modelo neoliberal difundido pela grande potência mundial. Durante anos os princípios neoliberais refletiram no continente americano através de privatizações, abertura da economia e a diminuição da atuação estatal, tais aspectos alargaram a vulnerabilidade da região e com as crises econômicas no final dos anos 90, os países latino-americanos lançaram mão de um novo modelo com base em governos críticos e contestadores. Logo surgiram figuras como Evo Morales na Bolívia (2005), Hugo Chaves na Venezuela (1998), Luís Inácio Lula da Silva no Brasil (2002), Rafael Correa no Equador (2006), Nestor Kirchner na Argentina (2003), dentre outros. “A mudança está nucleada na América do Sul, mas que já está refletindo no conjunto da América Latina.” (MOREIRA, QUINTEROS, SILVA, 2010, pág. 308).

A fragmentação observada hoje na Cúpula pode ser interpretada como uma alteração de paradigmas no continente, transitando de uma era de grande influência norte-americana na região a uma era de contestação e ascensão de outras vozes ativas no panorama político atual da América Latina. Durante a Guerra Fria, o continente americano encontrava-se, de maneira geral, alinhado politicamente e havia concedido aos Estados Unidos apoio à luta contra o comunismo e o socialismo, e auxílio na defesa e difusão dos princípios neoliberais. Hoje, mais de 20 anos após o término da Guerra Fria, a América Latina se afasta da agenda norte-americana e desconstrói o antigo alinhamento político no continente.

Segundo Moreira, Quinteros e Silva (2010), a Cúpula que o novo presidente eleito pelos Estados Unidos, Barack Obama, tem que se relacionar não é a mesma das Cúpulas anteriores que sofriam influência pela direita neoliberal norte-americana. Atualmente, a América Latina possui projetos próprios na agenda política e se distancia cada vez dos Estados Unidos por meio de governos e movimentos de esquerda. O cenário diante da Cúpula das Américas indica uma fragmentação no continente americano entre os Estados Unidos, que é oficialmente apoiado pelo Canadá, e os apoiadores do governo cubano, grande parte da América Latina. Dessa forma, o norte afasta-se politicamente do sul das Américas, refletindo grandes impactos nas relações de cooperação entre todo o continente.

Impactos do diálogo político atual da Cúpula à cooperação continental

Diante de uma ruptura política entre os Estados Unidos e o Canadá em oposição a América Latina, a cooperação continental passa a ser afetada e igualmente fragmentada. Segundo a teoria da cooperação abordada por James E. Dougherty e Robert L. Pfaltzgraff Jr. no livro *Relações Internacionais: As teorias em confronto* (2003), a cooperação entre países é definida como o estágio resultante de comportamentos alinhados entre atores internacionais, ou seja, Estados, organizações internacionais governamentais (OIG) ou forças transnacionais, podendo originar de processos de negociação explícitos ou implícitos. Neste contexto observa-se que a ausência de concordância entre as nações americanas, como representado no âmbito da Cúpula, abala a estrutura de cooperação existente no continente.

A divisão do diálogo político entre a grande potência norte-americana e o restante dos países do continente tornaram as relações cooperativas problemáticas entre as nações americanas. Dougherty e Pfaltzgraff Jr. (2003) analisaram a cooperação como uma relação entre atores de diferentes níveis de poder de influência internacional, como ocorre nas Américas com a presença de um gigante político como os Estados Unidos, potências emergentes como o Brasil e outros pequenos Estados periféricos no sistema internacional. Segundo os autores, a união entre uma parte mais forte e outra mais fraca resultaria no fortalecimento conjunto, como ocorre na união de poderes hegemônicos e pequenas potências. No entanto, a cooperação resultante deve se dar em um conjunto de relações de consentimento mútuo, sem a intervenção de instrumentos de coerção entre as partes. Tal análise se reflete no contexto das relações americanas, pois ao longo de muitos anos e principalmente durante a Guerra Fria muitos países cooperaram com os Estados Unidos em sua luta contra o comunismo sem necessariamente estarem abraçando a causa, mas sim a relação de cooperação com a grande potência mundial, da qual dependiam fortemente. Hoje, os instrumentos de coerção norte-americanos perdem força e o assentimento político entre os Estados americanos não é garantido.

O maior reflexo da fragmentação das Américas foi sentido em 2005, quando o projeto norte-americano que visava a criação de uma Área de Livre-Comércio das Américas (Alca) foi um fracasso diante da Cúpula de Mar del Plata. Desde o início do projeto em 1994, muitos Estados demonstraram-se receosos, o que foi considerado, segundo Moreira Quinteros e Silva (2010, p.378), um “ponto de virada” na política interamericana.

Frente a essa fragmentação e a ausência de consentimento que impacta negativamente na cooperação entre as Américas, e este movimento é fortificado em um projeto mais particular entre os países da América Latina sem a intervenção norte-americana ou canadense. Segundo Moreira, Quinteros e Silva (2010), atualmente, a cooperação no continente é representada pelos avanços do Mercado Comum do Sul (Mercosul) que envolve o Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai e mais recentemente, a Venezuela, além disso, ganha destaque também a Alternativa Bolivariana das Américas (Alba) liderada pelos governos venezuelano e cubano. O principal debate da Alba é reduzir as desigualdades do continente, instigando o desenvolvimento por meio do livre-comércio. Atualmente, fazem parte da organização nove países, entre eles Venezuela, Cuba, Bolívia e Equador.

Ambos os projetos de cooperação se apresentam como propostas para a integração hemisférica, a Alba em oposição total à Área de Livre-Comércio das Americanas pensada pelos Estados Unidos e o Mercosul com uma abordagem mais limitada da Alca com a eliminação dos subsídios agrícolas norte-americanos. (MOREIRA, QUINTEROS, SILVA, 2010).

Desde 2000, acontece a Cúpula dos Presidentes da América do Sul. Na primeira edição do fórum de debate o tema foi a integração da América do Sul. Observa-se que, há alguns anos, já surgiam, entre os países sul-americanos, sinais de interesses mais independentes ao norte do continente. Com a diferença nas agendas políticas do norte e do sul das Américas, a Cúpula dos Presidentes da América do Sul poderá se fortificar e retomar o antigo projeto de integração dificultando ainda mais a cooperação entre todos os países do continente. Atualmente, o projeto de integração da América do Sul é discutido no âmbito da União das Nações da América do Sul (Unasul).

Diante do surgimento de alternativas de cooperação sem o envolvimento estadunidense, Barack Obama, eleito presidente do país em janeiro de 2009, vem demonstrando um novo interesse pela agenda latino-americana e promete uma mudança de métodos para reunir o continente em prol da cooperação. Nesta nova atuação o Brasil tem papel fundamental para interligar o diálogo dos Estados Unidos com os governos de esquerda, por ser um país central para a estabilidade política e econômica no sul das Américas. “Entretanto, o Brasil tem um projeto próprio de inserção internacional, em articulação com a América do Sul.” (MOREIRA, QUINTEROS, SILVA, 2010, p. 364) Tal projeto demonstra o desejo da diplomacia brasileira de não permanecer à sombra dos interesses norte-americanos na região, como um interlocutor e apoiador.

Ao longo dos anos o Brasil vem encabeçando a fortificação do Mercosul e os projetos de integração na América do Sul, “evitando os riscos de um integração sob hegemonia [norte]

americana” (MOREIRA, QUINTEROS, SILVA, 2010, p. 364.). Dessa forma, surgem no contexto da cooperação entre as Américas, dois grandes atores, o Brasil, que detém grande poder de influência econômica, política e diplomática entre os países da América do Sul e Central, e a potência hegemônica mundial, os Estados Unidos, cada um com projetos particulares para a América do Sul que se refletem na América Central.

Os Estados Unidos vem intensificando acordos bilaterais com países sul-americanos objetivando conquistar apoiadores na região, como Peru, Chile e Colômbia. Enquanto isto, em meio ao Mercosul e a Alba, um grande projeto de integração da América do Sul no âmbito da Unasul passa a ser debatido. Desde 2007, os países avançam na formulação da União das Nações Sul-Americanas. A Unasul é hoje, o mais forte contraponto a OEA, pois engloba membros em comum e representa uma força de união entre o sul das Américas. (MOREIRA, QUINTEROS, SILVA, 2010).

Em meio a tantas alternativas de cooperação os países latino-americanos, com atenção especial à América do Sul, a região projeta-se internacionalmente como nunca antes na história do continente e assim, obtém maior autonomia política. O distanciamento política e cooperacional com os Estados Unidos refletem-se no resto do continente como oportunidade de união de forças latino-americanas para a criação de menores laços de dependência política e econômica da grande potência mundial. Além disso, a parceria cooperativa entre os Estados da América Latina fortifica a luta contra os principais problemas regionais, como a desigualdade, pobreza, vulnerabilidade financeira mundial dentre outros fatores comuns. (CERVO, 2007).

Considerações finais

O caso de Cuba ilustra um tema que na verdade tem tamanhas proporções e discussões cabíveis. Portanto, traz uma abordagem histórica, reflexiva e comparativa com a atualidade. A partir de uma breve análise histórica sobre o isolamento cubano, que parte do período de confronto ideológico representado pela Guerra Fria, até os dias atuais em que a exclusão do único Estado comunista do continente americano ainda se faz presente, uma mudança de postura mostra-se em processo de consumação na região. Durante a Guerra Fria, Cuba e a decisão de isolamento eram temas consensuais em um período na qual a política das Américas era aparentemente alinhada, pois sofria grande influência dos norte-americanos. Na atualidade, os mesmos aspectos se encontram em uma realidade oposta.

Vive-se, nas Américas, um período de baixa popularidade e influência norte-americana devido ao contraponto de líderes de esquerda, e é nesse contexto que a exclusão de Cuba passou a ser contestada por muitos países latino-americanos. Exclusão esta que é defendida e imposta pelos Estados Unidos e apoiada pelo Canadá. De maneira geral, o dissenso indica o afastamento entre o norte do continente e a América Latina. Neste ponto de vista, o debate em torno da inclusão do Estado comunista de Cuba no diálogo político interamericano, torna-se muito mais abrangente e representa a mudança de paradigma. Esta se reflete na ascensão de posições críticas e contestadoras do sistema neoliberal, bem como, do poder de influência dos Estados Unidos na região, embora a sua relevância financeira na região ainda seja considerável – o que se caracteriza como outra esfera na discussão das relações interamericanas.

Através de um período de contestação e reflexão em que a América Latina está inserida, a diminuição da influência dos Estados Unidos passa a ser suprida pela união entre os Estados latino-americanos. As nações ao sul do continente encontram-se ligadas por meio de ideologias e problemas sociais comuns, além do desejo e potencial de desenvolvimento que cerca o Novo Mundo. Tais fatores condicionam a diluição da cooperação interamericana e transferem potencialidades para a formulação de um diálogo político e, conseqüente, cooperação entre os Estados latino-americanos.

Uma cooperação fortificada no âmbito das relações internacionais da América Latina proporciona menor vinculação à grande potência do continente, além de uma união financeira, política e diplomática que auxiliaria no combate às grandes pontas de estrangulamento do crescimento da região, como a pobreza, desigualdade e vulnerabilidade financeira. Em um ambiente de união entre os países latinos, novos atores emergem, para liderar o projeto de cooperação e levar ao mundo, os interesses da região. Neste cenário, potências como o Brasil, maior país da América Latina, ganha novas forças em sua esfera de influência, bem como, a Argentina e a Venezuela.

A fragmentação do diálogo entre as Américas representa uma ruptura sem reversão, em que os países latinos, antes submissos e completamente dependentes do norte, aprenderam a expor e a lutar por seus interesses. Nesse sentido, o diálogo não será mais o mesmo e, cada vez mais, ganha uma proporção de igual para igual na esfera política. A cooperação, seja ela econômica ou diplomática, tende a sofrer consideráveis modificações devido à projeção de crescimento da distância política entre as Américas. Enquanto uniões adormecem, abre-se caminho para o crescimento latino-americano através da liderança brasileira e o impulso do Mercosul e da Unasul, onde os países da América Latina encontram uma cooperação substituta, que lhes proporciona o exercício dessa nova voz ativa.

Referências

BÁRCENA, Alicia. **Remarks by Alicia Bárcena, Executive Secretary of the Economic Commission for Latin America and the Caribbean (ECLAC), at the Opening Ceremony of the Sixth Summit of the Americas.** In. CÚPULA DAS AMÉRICAS, 6ª edição, 2012, Cartagena das Índias, Colômbia. Disponível em: <http://www.summit-americas.org/SIRG/2012/041412/statement_cepal_en.pdf> Acesso em: 20 de mai. de 2012.

CALDERÓN, Juan Manuel Santos. **Declaração do Presidente da República, Juan Manuel Santos Calderón, no encerramento da Sexta Cúpula das Américas.** In. CÚPULA DAS AMÉRICAS, 6ª edição, 2012, Cartagena das Índias, Colômbia. Disponível em: <http://www.summit-americas.org/SIRG/2012/041412/statement_santos_closing_pt.pdf> Acesso em: 20 de mai. de 2012.

_____. **Remarks by President Juan Manuel Santos at the opening of the Sixth Summit of the Americas.** In. CÚPULA DAS AMÉRICAS, 6ª edição, 2012, Cartagena das Índias, Colômbia. Disponível em: <http://www.summit-americas.org/SIRG/2012/041412/statement_santos_inaugural_en.pdf> Acesso em: 19 de mai. de 2012.

CERVO, Amado L. **Relações Internacionais da América Latina: Velhos e novos paradigmas.** – São Paulo : Saraiva, 2007. 238 p.

DOUGHERTY, James E.; PFALTZGRAFF Jr., Robert L. **Relações Internacionais – As Teorias em Confronto.** – Lisboa, Portugal : Gradiva, 2003. 886 p.

FEINBERG, Richard. **Summitry in the Americas: The end of mass multilateralism?.** Disponível em: <http://www.focal.ca/pdf/summit_Feinberg_summitry%20Americas%20end%20mass%20multilateralism_March%202010.pdf> Acesso em: 20 de mai. de 2012.

INSULZA, José Miguel. **Discurso do Secretário-Geral da OEA na abertura da Sexta Cúpula das Américas.** In. CÚPULA DAS AMÉRICAS, 6ª edição, 2012, Cartagena das Índias, Colômbia. Disponível em: <http://www.summit-americas.org/SIRG/2012/041412/statement_sg_pt.pdf> Acesso em: 19 de mai. de 2012.

LUGO, Fernando. **Discurso del Presidente de Paraguay, Señor Fernando Lugo Sexta Cumbre de las Américas.** In. CÚPULA DAS AMÉRICAS, 6ª edição, 2012, Cartagena das Índias, Colômbia. Disponível em: <http://www.summit-americas.org/SIRG/2012/041412/statement_pres_py_es.pdf> Acesso em: 20 de mai. de 2012.

MOREIRA, Luiz Felipe Viel; QUINTEROS, Marcela Cristina; SILVA, André Luiz Reis da. **As Relações Internacionais da América Latina.** – Petrópolis, RJ : Vozes 2010. 383 p.

OBAMA, Barack. **Remarks of President Barack Obama -- As prepared for delivery Summit of the Americas Opening Plenary.** In. CÚPULA DAS AMÉRICAS, 6ª edição, 2012, Cartagena das Índias, Colômbia. Disponível em: <http://www.summit-americas.org/SIRG/2012/041412/statement_us_en.pdf> Acesso em: 20 de mai. de 2012.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Quem somos.** Disponível em:

<http://www.oas.org/pt/sobre/quem_somos.asp> Acesso em: 19 de mai. de 2012

_____. **O que fazemos.** Disponível em: <http://www.oas.org/pt/sobre/que_fazemos.asp>
Acesso em: 19 de mai. de 2012.

_____. **Diálogo político.** Disponível em:

<http://www.oas.org/pt/sobre/dialogo_politico.asp> Acesso em: 19 de mai. de 2012.

_____. **A Resolução sobre Cuba.** In. Assembléia Geral da OEA, 2009, San Pedro Sula, Honduras. Disponível em: <<http://www.oas.org/39ag/documents/AGRES-2438P.doc>>
Acesso em: 21 de mai. de 2012.

SUMMIT OF THE AMERICAS. Disponível em: <<http://www.summit-americas.org>> Acesso em: 19 de mai. de 2012.

_____. **The VI Summit of the Americas.** Disponível em: <<http://www.summit-americas.org/sixthsummit.htm>> Acesso em: 19 de mai. de 2012.

_____. **The Summit of the Americas Process.** Disponível em: <http://www.summit-americas.org/summit_process.html> Acesso em: 19 de mai. de 2012.